

# ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEFINIÇÕES DE SUBSTANTIVOS E VERBOS NOS COMPÊNDIOS DE GRAMÁTICA NORMATIVA

Comparative analysis of nouns and verbs definitions in grammar books

ROCHA, T.  
MESCKA, P. M.

Recebimento: 05/11/2012 – Aceite: 14/12/2012

**RESUMO:** Tendo como fundamentação metodológica os critérios mórfico, sintático e semântico, utilizados por linguistas e gramáticos para classificar os vocábulos de uma língua, o presente trabalho analisa e compara as definições de substantivos e verbos apresentadas nos compêndios de gramática estudados, buscando identificar a regularidade, diversidade e pertinência dos critérios empregados no momento da conceituação destas classes de palavras. Os compêndios de gramática analisados foram selecionados com base em características específicas que os enquadram como obras de caráter predominantemente normativo e prescritivo. A comparação entre as definições revelou que não há diferenças significativas entre os conceitos formulados pelos gramáticos ao longo do tempo especificado, que muitas gramáticas atuais adotam os mesmos critérios daquelas publicadas a décadas atrás e, não raramente, desconsideram aspectos relevantes que poderiam facilitar a compreensão dos conceitos, tanto por parte dos alunos como dos próprios professores. A análise também revela que, apesar dos avanços científicos advindos da Linguística Textual, da Linguística Aplicada, da Sociolinguística, etc., as propriedades textuais das classes de palavras são totalmente ignoradas, desconsiderando também as orientações propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa - PCNs que dão ênfase ao uso da linguagem e à valorização da língua falada.

**Palavras-chave:** Língua portuguesa. Gramática. Ensino de gramática. Classes de palavras.

**ABSTRACT:** With the morphic, syntactic and semantic criteria as the methodological foundation, used by linguists and grammarians to classify the vocabulary of a language, this paper analyzes and compares the definitions of nouns and verbs presented in grammar books in order to identify the correct-

ness, diversity and relevance of the criteria used at the time of conceptualization of these classes of words. The grammar books analyzed were selected based on specific characteristics that qualify as works of a predominantly normative and prescriptive character. The comparison between the settings revealed that there are no significant differences between the concepts formulated by grammarians over the specified time, that many current grammars adopt the same criteria as those published decades ago and, not infrequently, ignore relevant aspects that could facilitate the understanding of concepts, both by the students as the teachers.

The analysis also reveals that, despite scientific advances from Textual Linguistics, Applied Linguistics, Sociolinguistics, etc., the textual properties of the parts of speech are totally ignored, disregarding the guidelines proposed in the Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa -PCNs which give emphasis to the use of language and the spoken language.

**Keywords:** Portuguese language. Grammar. Grammar teaching. Parts of speech.

## Introdução

Debruçar-se sobre os compêndios de gramática normativa pode parecer, à primeira vista, um contrassenso. Afinal, o ensino da gramática tradicional nas aulas de Português tem sido muito questionado por linguistas e educadores, tendo em vista os indicadores sobre o desempenho dos alunos, na leitura e na escrita, que revelam a ineficácia desse tipo de ensino (PISA, ENEM, Prova Brasil, Ideb, entre outros). De fato, os alunos têm saído do ensino fundamental, e mesmo do ensino médio, com grandes dificuldades para ler, compreender e produzir textos, sejam eles orais ou escritos.

Para melhor compreender esse quadro e verificar a natureza da gramática ensinada nas escolas, Neves (2010) realizou uma pesquisa com seis grupos de professores de língua portuguesa de 1º e 2º graus (fundamental e médio) da rede oficial de quatro cidades do estado de São Paulo, num total de 170 indivíduos, revelando que, entre os conteúdos mais ensinados, está o de reconhecimento e classificação de palavras, atingindo quase 40% dos exercícios propostos.

A pesquisa revela também, que a maior parte dos professores inicia e conduz o processo pela definição, aplicando exercícios aos alunos que não vão muito além do mero reconhecimento e classificação morfológica das palavras. Além disso, os professores que consultam os manuais de gramática encontram incoerências, lacunas e definições não muito claras, sobretudo no que diz respeito à conceituação das classes gramaticais.

Dessa forma, considerando o alto percentual ocupado pelo estudo das classes de palavras nas aulas de Português, bem como as controvérsias teóricas a que o tema está sujeito, torna-se importante analisar e comparar as definições apresentadas nos compêndios de gramática tradicional. Evidentemente, uma investigação envolvendo todas as classes de palavras não seria viável para as dimensões deste trabalho. Sendo assim, trataremos de investigar como a concepção de língua e linguagem presente nas obras analisadas pode afetar a maneira como os substantivos e os verbos são conceituados e, por sua vez, se a finalidade didática dos compêndios tem sido alcançada a contento.

Objetivamos, também, verificar se há diferenças significativas entre os conceitos

formulados pelos gramáticos ao longo do tempo especificado, observando se ocorre(u) a assimilação de novas concepções proporcionadas pelos avanços científicos nos estudos da língua e das linguagens.

A reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua é importante e deve ter seu lugar na escola, pois permitirá ao aluno, no momento certo, desenvolver sua habilidade intelectual de produzir conhecimento. “Mas não são regras; não regem esse ou aquele padrão. Não implicam, portanto, competências para alguém falar e escrever melhor, como acreditam alguns que ensinam essa ‘gramática’” (ANTUNES, 2007, p. 78).

## **Crítérios de análise e comparação**

Para analisarmos e compararmos adequadamente as definições de substantivos e verbos apresentadas nos compêndios de gramática estudados, faz-se necessário a identificação dos critérios ou aspectos empregados pelos gramáticos no momento da conceituação. Assim, seguindo os ensinamentos do linguista Camara Jr. (2001), utilizaremos três critérios para analisar os conceitos das classes de palavras: o critério semântico, o formal ou mórfico e o funcional ou sintático.

Na realidade, como podemos observar, tais critérios são, em princípio, utilizados para classificar os vocábulos de uma língua. Por isso, consideraremos esses mesmos critérios para avaliar como os vocábulos são conceituados pelos gramáticos.

Conforme Camara Jr. (2001), o critério semântico se baseia no significado extralinguístico do vocábulo, isto é, o que o vocábulo significa “do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua” (p. 77). Dessa forma, quando definimos, por exemplo, que o “substantivo é a palavra com que

damos nomes aos seres em geral”, estamos usando o critério semântico, pois nos apoiamos na propriedade comum dos substantivos de “nomear os seres”.

Quanto ao critério formal ou mórfico, estamos diante da possibilidade de flexão e/ou derivação dos vocábulos, pois o mesmo se baseia em propriedades de forma gramatical que os vocábulos podem apresentar. Quando dividimos os vocábulos em variáveis e invariáveis estamos usando o critério mórfico. O mesmo acontece quando afirmamos que “os adjetivos aceitam o sufixo *-mente*”, transformando-se em advérbios, visto que nos referimos à possibilidade de derivação.

Finalmente, nos deparamos com o critério funcional ou sintático, que se baseia na “função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença” (CAMARA JR., 2001, p. 77). Sob essa ótica, estamos analisando o vocábulo em sua relação com os outros, e não isoladamente, como nos critérios supramencionados. Assim, empregamos o critério sintático quando dizemos que “o artigo é a palavra que se coloca antes de substantivos”, uma vez que nos referimos à relação existente entre o artigo e o substantivo na sentença.

Enfatizamos que as propriedades textuais das classes de palavras aqui examinadas (substantivos e verbos), embora desconsideradas pelos gramáticos no momento da definição, serão, em certa medida, mencionadas, visto que um estudo gramatical, coerente com as inovações científicas, não pode centrar-se unicamente na explicação dos fatos da língua, desprezando o contexto.

Com relação às obras que foram analisadas, os critérios de seleção tiveram como base as características específicas de enquadramento nos padrões de inserção das gramáticas normativas, ou seja: que apresentem características predominantemente normativas e prescritivas; que tenham a língua “cultura” urbana como parâmetro de modelo ideal a

ser seguido (sem espaço significativo para as variações linguísticas próprias de qualquer língua); e que focalizem a análise na oração, como elemento superior de observação, reduzindo, portanto, a possibilidade de reflexão sobre a gramática do texto, seus usos, funcionalidades, e potencial de interatividade.

Os compêndios de gramática analisados, de maneira geral, estão ancorados no Estruturalismo, ou seja, pressupõem que fenômenos complexos se organizam por partes para constituir um todo estruturável. Por isso, se ocupam exclusivamente do enunciado (que corresponde a unidades de análise que vão do fonema às orações ou sentenças), no qual identificam regularidades linguísticas a partir de um conjunto de princípios e de uma metodologia<sup>1</sup>, mas desconsideram a situação de interação que está inserido, deixando de lado questões essenciais que atuam na construção dos sentidos, como, por exemplo, a referenciação.

Outro aspecto considerado na seleção das obras foi a abrangência temporal. Considerando que se trata de uma análise diacrônica, o presente trabalho tem como marco de referência a publicação da *Portaria Nº 36*, de 28 de janeiro de 1959, que recomenda a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB com o objetivo de simplificar e padronizar a nomenclatura gramatical empregada no Brasil (HENRIQUES, 2009).

De lá para cá se passaram mais de cinquenta anos, e, assim, podemos verificar as alterações que ocorreram (ou não) ao longo dos anos, em torno do objeto de pesquisa, observando se houve assimilação dos avanços científicos na área dos estudos da língua e da linguagem e, mais especificamente, nas definições das classes de palavras. Foram analisadas um total de 12 obras, incluindo autores de renomada tradição na publicação de compêndios de gramática, como Napoleão Mendes de Almeida, Rocha Lima, Evanildo

Bechara e Celso Cunha, e autores fortemente inseridos no mercado editorial, como Pasquale Cipro Neto, Nicola e Infante, Faraco e Moura e, mais atualmente, William Roberto Cereja.

Fazemos aqui uma observação especial quanto à *Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara. Tendo sido ampliada e renovada a partir de sua 37ª edição (como dito anteriormente), a obra de Bechara representa um importante movimento de transição da tradição normativa para uma abordagem mais conectada com os avanços da linguística contemporânea, embora ainda presente, conforme Bagno (2011), “diversas recaídas em posturas marcadamente prescritivas” (p. 24). O que, entre outros aspectos, comprova sua filiação à tradição.

Dessa forma, realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, objetivando a coleta de dados descritivos, que pudessem retratar o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. O embasamento teórico, que permeia a análise que se segue, assenta-se na contribuição de autores reconhecidamente importantes no atual cenário de discussões sobre o ensino da língua e da gramática, como José Carlos Azeredo (UFRJ), Mário Perini (UFMG), Ataliba Castilho (USP), Marcos Bagno (UnB), entre outros.

## O substantivo

Segundo o dicionário Aurélio, substantivo é a “palavra com que se nomeia um ser ou um objeto, ou uma ação, um evento, qualidade ou estado”. No dicionário Houaiss, encontramos também a seguinte acepção: “*adj.* que evidencia a substância, a essência”. De fato, o termo substantivo provem do latim *substantivus*, “substancial”, ou seja, o portador da substância (do latim *substantia*, formado

de sub-, “sob, por baixo”, e –stare, “estar, ficar”), daquilo que está embaixo, que subjaz.

Dito isto, é possível compreender porque a maioria das gramáticas define o substantivo a partir de um critério eminentemente semântico, considerando apenas sua propriedade de nomear os seres em geral. Vejamos a definição abaixo:

Existem palavras que sempre designam *coisa, ser, substância*. Toda a palavra que encerra essa idéia denomina-se **substantivo**. Substantivo é, pois, como o próprio nome está a indicar, toda a palavra que especifica *substância*, ou seja, coisa que possua existência, ou *animada (homem, cachorro, laranjeira)* ou *inanimada (casa, lápis, pedra)*, quer *real (sol, automóvel)*, quer *imaginária (Júpiter, sereia)*, quer *concreta (casa)*, quer *abstrata (pureza)*. (ALMEIDA, 1999, p. 80, grifo do autor).

A definição de substantivo apresentada por Napoleão Mendes de Almeida, em sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, é um exemplo claro de conceituação baseada exclusivamente em critérios semânticos. Definições muito semelhantes, baseadas no critério semântico, podem ser encontradas na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara e na *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla.

Observemos:

Substantivo é a palavra com que **nomeamos os seres em geral**, e as qualidades, ações, ou estados, considerados em si mesmos, independentemente dos seres com que se relacionam. (ROCHA LIMA, 2008, p. 66, grifo nosso).

Substantivo é a classe de lexema que se caracteriza por **significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos**, isto é, em primeiro lugar,

substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação) (BECHARA, 2009, p. 112, grifo nosso).

Substantivo são palavras que **designam os seres**. (CEGALLA, 2000, p. 128, grifo nosso).

Evidentemente, a importância do aspecto semântico para explicar ou descrever ocorrências da língua não deve ser ignorada. Mesmo porque, em muitos casos, a diferença de sentido entre uma palavra e outra só pode ser explicado por um critério rigorosamente semântico, por exemplo, a diferença entre as palavras “homem” e “mulher”.

Aliás, como sugerem Castilho e Elias (2012), seria muito interessante, do ponto de vista didático, estudar os substantivos com base em suas características de “produção de sentidos”, uma vez que, uma das propriedades básicas dos substantivos é a de referenciar, designar algum referente: alguma coisa ou pessoa. De fato, como expressam os autores, “em nossa tradição gramatical e linguística, o termo *referência* se especializou para indicar ‘designação, denominação’ de seres e coisas” (p. 222).

Decorre daí, certamente, a definição de substantivo presente na maior parte das gramáticas normativas publicadas no Brasil: uma definição eminentemente baseada no caráter semântico. A questão, que muitas vezes aflige os linguistas, é que as definições exclusivamente semânticas, insuficientemente explícitas, são próprias da gramática filosófica e não deveriam direcionar os estudos gramaticais atuais. Afinal, o que entendemos por “coisa”, “ser”, “substância”? Como conceitos tão abstratos e subjetivos (próprios da filosofia) podem fundamentar as definições de termos gramaticais?

Conforme Basílio (2009), a definição semântica do substantivo não nos diz como os substantivos se comportam na construção do enunciado. Para isso, é preciso lançar mão de um critério sintático ou funcional. Analisemos as seguintes definições:

Substantivo é a palavra que designa um ser, e sintaticamente pode funcionar como núcleo de sujeito, predicativo e objeto. (LUFT, 2002, p. 137).

**Substantivo** é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral. (...) Do ponto de vista funcional, o **substantivo** é a palavra que serve, privativamente, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto e do agente da passiva. (CUNHA, 2010, p. 107, grifo do autor).

Podemos notar que as definições empregadas por Luft em sua *Moderna Gramática Brasileira*, e por Cunha, em sua *Gramática do Português Contemporâneo*, utilizam-se do critério semântico e do critério sintático (funcional). Em Cunha e Cintra (2008), encontramos a seguinte observação “toda palavra de outra classe que desempenhe uma dessas funções equivalerá forçosamente a um substantivo (pronomes substantivos, numeral ou qualquer palavra substantivada” (p. 191). Deste modo, passa-se a considerar a função que o substantivo desempenha, no sintagma ou na oração, como elemento essencial para a sua definição.

Como bem nos explica Bagno (2011), em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, a palavra grega *hypokeimenon* costuma ser traduzida ora por substância, ora por sujeito, dupla possibilidade de tradução que evidencia uma íntima relação entre o substantivo e o sujeito (p. 664-65). Assim, as gramáticas não podem ignorar esta relação quando da conceituação do substantivo. Aliás, segundo alguns linguistas e gramáticos,

como o próprio Bagno, é um contrassenso estudar os substantivos separadamente do estudo do sujeito.

Podemos dizer que o critério sintático, ao contrário do semântico, analisa a palavra a partir de sua relação com outra(s) palavra(s), constituindo uma unidade linguística superior chamada de sintagma. No caso do substantivo, estaremos diante de um sintagma nominal, construção sintática que tem por núcleo um nome (substantivo ou palavra funcionando como tal) e que poderá vir acompanhado de especificadores (determinantes) e complementadores. Segundo Ferrarezi Jr. e Teles (2008), os substantivos “são os núcleos dos sintagmas nominais por excelência” (p. 125).

Uma definição possível, portanto, para o substantivo, do ponto de vista sintático, pode ser a de que só é substantivo, em português, a palavra que se deixar anteceder por determinantes. Dessa forma, o critério sintático se mostra extremamente eficiente para o reconhecimento do substantivo.

Por outro lado, conforme Basílio (2009), uma definição sintática do substantivo como núcleo do sujeito, objetos e agente da passiva não nos permite compreender as propriedades de concordância do substantivo em relação ao adjetivo. Trata-se da propriedade morfológica dos substantivos de apresentar e determinar flexão de gênero e número.

Para Macambira (1999), por exemplo, o fato de o substantivo ser a única classe de palavras que aceita os sufixos *-inho(a)* ou *-zinho(a)*, no sentido de “pequeno” e *-ão* ou *-zão*, no sentido de “grande”, é uma característica formal que não pode ser ignorada. Tal definição pode ser encontrada na Gramática, de Faraco e Moura:

Segundo o linguista José Rebouças Macambira, pertence à classe dos substantivos toda palavra variável que admite

os sufixos *-inho* ou *-zinho*, *-ão* ou *-zão*, correspondentes a pequeno e grande, respectivamente. (FARACO e MOURA, 1999, p. 208).

Reconhecer as propriedades morfológicas no momento da definição e apresentação do substantivo pode ser potencialmente eficaz para a compreensão do aluno. Afinal, é com o aspecto formal que, primeiramente, o leitor se depara. Cabe ressaltar aqui que, como explica Castilho (2010), “tamanho não é grau”. Grau é a intensificação ou a atenuação de características predicativas, portanto, a gradação é própria dos adjetivos<sup>2</sup>. Os substantivos, por outro lado, são expressões referenciais, não graduáveis, e possuem sufixos derivacionais que indicam o tamanho (p. 512).

Sabemos, evidentemente, que muitos substantivos assumem outros sentidos quando alterados por esse processo morfológico. Sobre tal propriedade dos substantivos Luft (2002) faz a seguinte observação:

As ideias de grandeza e pequenez facilmente podem evocar (“conotar”) as de anormalidade, defeituosidade; outras vezes as de simpatia, afeição. Daí que os sufixos aumentativos e diminutivos sejam frequentemente pejorativos, ou então hipocorísticos (de carinho): *politicão*, *poetaço*, *cabeçorra*, *livrinho*, *livreco*, *rapazelho*; *Mariazinha*, *Pedrinho*, *filhinha*, *benzinho*; etc. (LUFT, 2002, p. 144).

Por fim, podemos afirmar que a definição semântica, apresentada isoladamente, não é suficiente para uma compreensão adequada do conceito de substantivo. É preciso considerar outros aspectos (mórfico, sintático e textual) no momento da apresentação, e, preferencialmente, permitir que o aluno reflita sobre os aspectos gramaticais da língua (no momento oportuno) e explore toda a potencialidade de utilização e exploração dos sentidos no contexto da interação linguística.

## O verbo

[...] tais são **as palavras que encerram idéia de ação** (*escrever, cortar, andar, ferir*) ou *estado* (*Pedro é bom*). (ALMEIDA, 1999, p. 81, grifo nosso).

Verbo é uma palavra que exprime **ação, estado, fato ou fenômeno**. (CEGALLA, 2000, p. 182, grifo nosso).

Os verbos são a classe gramatical mais complexa da língua portuguesa. O verbo tem a morfologia mais rica dentre as classes de palavras, desempenhando um papel fundamental na organização da sentença e do texto. De acordo com Macambira (1999), a definição tradicional de verbo, que explora apenas o aspecto semântico, só tem valor se for encarada na perspectiva do tempo, uma vez que outras palavras também podem encerrar a ideia de ação, e os verbos também podem expressar outras coisas, inclusive qualidade:

É impossível negar que *inundação* e *troteio* expressem ação; que *chuva* e *trovão* não sejam fenômenos; que *sono* e *morte* não se admitam como estado; impossível porém afirmar que são verbos. O que vale, portanto, é a perspectiva do tempo, e o mais que se acrescenta há de, por certo, atrapalhar. (MACAMBIRA, 1999, p. 40-41).

Para entendermos o que é o verbo, portanto, é preciso lançar mão de outras abordagens que nos permitam identificar suas propriedades gramaticais, semânticas e discursivas. “O estudo dessas propriedades explicará como criamos e como usamos os verbos, distinguindo-os das demais classes de palavras de nossa língua” (CASTILHO e ELIAS, 2012, p. 129).

Do ponto de vista morfológico, Azeredo (2011) afirma que os verbos são palavras que ocorrem nos enunciados sob distintas formas

e expressam as categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa. Segundo o autor, a categoria de tempo é a que melhor caracteriza o verbo (p. 180). Quanto às noções de número e pessoa, apesar de não serem inerentes ao verbo, são necessariamente especificadas quando este se flexiona no tempo.

O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres. **É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais.** Estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco ideias: **modo, tempo, número, pessoa e voz.** (ROCHA LIMA, 2008, p. 122, grifo nosso).

Assim, vemos que os verbos podem facilmente ser identificados por características formais, uma vez que só eles admitem as desinências próprias de número, pessoa, tempo e modo. Contudo, segundo Sautchuk (2010), “somente os verbos se articulam com os pronomes pessoais do caso reto” (p. 24-25), sendo facilmente reconhecidos do ponto de vista sintático.

Verbo: é a palavra que pode sofrer as flexões de número, pessoa, tempo e modo. [...] Verbo é, assim, **a palavra que pode ser conjugada**; indica essencialmente um desenvolvimento, um processo (ação, estado ou fenômeno). (SACCONI, 1994, p. 187, grifo nosso).

Sintaticamente, “o verbo se destaca dentre as outras classes de palavras por ter a propriedade de organizar a sentença. Num desfile de escola de samba, o verbo ocuparia facilmente o lugar de padrinho da escola”. (CASTILHO e ELIAS, 2012, p. 134). Entra em questão a propriedade que os verbos têm de selecionar termos da sentença: a transitividade. Ainda, segundo os autores, outra propriedade sintática importante é a da concordância, propriedade que ocorre simultaneamente com a da transitividade, pois ao mesmo tempo em que

o sujeito e os complementos são escolhidos, traços de gênero, número e pessoa são compartilhados pelo verbo e pelo sujeito.

Além disso, o verbo tem papel fundamental na frase: **é o termo essencial do enunciado, o núcleo da frase sintaticamente construída**, pois há orações sem sujeito, mas não sem verbo. Porque o consideravam a palavra por excelência é que os gramáticos latinos lhe deram o nome que tem: verbo, “a palavra”. (LUFT, 2002, p. 166, grifo nosso).

Segundo Castilho e Elias (2012) a concordância é a relação sintática entre dois termos, “*o ativador*” e “*o receptor*”. No caso da sentença, o ativador é o verbo e o receptor é o sujeito. Na prática, os autores propõem uma inversão de raciocínio: “no português brasileiro padrão, o sujeito concorda em pessoa e número com o verbo”. Trata-se de uma perspectiva morfossintática. Além disso, apontam para uma caracterização sintático-semântica muito interessante de ser explorada, mas que ultrapassa as intenções deste estudo<sup>3</sup>.

O VERBO não tem, sintaticamente, uma função que lhe seja privativa, pois também o SUBSTANTIVO e o ADJETIVO podem ser núcleos do predicado. Individualiza-se, no entanto, pela função obrigatória de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional. (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 392).

Verbo é a palavra que se flexiona em número, pessoa, modo, tempo e voz. Pode indicar [...] ação; estado ou mudança de estado; fenômeno natural; ocorrência; desejo. Nas orações, o verbo sempre faz parte do predicado. (INFANTE, 2001, p. 201).

Além de construir a sentença e organizar seus sentidos, o verbo tem um importante papel na construção do texto. A descrição, a narração e a dissertação constituem tipos textuais básicos, nos quais os verbos desem-

penham funções essenciais. Infelizmente, os gramáticos, de maneira geral, pouco exploram esta abordagem macroestrutural.

## Considerações finais

A análise que aqui empreendemos nos permite afirmar que, de fato, as definições utilizadas pelos gramáticos carecem, muitas vezes, de aprofundamento e de uma abordagem mais conectada com os estudos científicos sobre o tema. A comparação entre as definições revela que não há diferenças significativas entre os conceitos formulados pelos gramáticos ao longo do tempo. Pelo contrário, muitas gramáticas atuais adotam os mesmos critérios daquelas publicadas a décadas atrás e, não raramente, desconsideram aspectos relevantes que poderiam facilitar a compreensão dos conceitos, tanto por parte dos alunos como dos próprios professores.

Mesmo havendo um consenso entre os gramáticos quanto à importância de considerar os aspectos morfológicos, funcional e semântico para a definição, na prática o que encontramos são definições de caráter predominantemente semântico, sobretudo em relação às classes lexicais (abertas), conferindo-lhes um caráter muito mais filosófico do que linguístico. A significação para a qual a palavra remete é, naturalmente, fundamental, mas não deve ser empregada isoladamente quando da conceituação, pois, como observamos na análise, muitas classes diferentes podem apontar para sentidos comuns.

Além disso, sabemos da importância que o aspecto formal tem para a identificação das palavras, tendo em vista ser a *forma* da palavra com que, primeiramente, o aprendiz se depara. No entanto, o aspecto mórfico não é explorado adequadamente e, de maneira geral, quando considerado, restringe-se à indicação de variabilidade ou invariabilidade das classes.

Quanto ao aspecto funcional, verificamos que foi sendo incorporado pelos gramáticos ao longo dos últimos anos. As gramáticas funcionalista e gerativista são, sem dúvida, responsáveis por isso. As palavras, como sabemos, não ocorrem isoladas de um contexto, mas sempre em relação com outras e, na realidade, não podemos desconsiderar que as propriedades sintáticas, muitas vezes, alteram a forma e o sentido das palavras.

A análise também revela que, apesar dos avanços científicos advindos da Linguística Textual, da Linguística Aplicada, da Sociolinguística, etc., as propriedades textuais das classes de palavras são totalmente ignoradas, desconsiderando também as orientações propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa - PCNs que dão ênfase ao uso da linguagem e à valorização da língua falada.

Dessa maneira, acreditamos que a análise comparativa das definições de classes de palavras (substantivos e verbos), encontradas nos compêndios de gramática normativa, demonstra que, por trás dos conceitos existem, obviamente, percepções teóricas e ideológicas que insistem em manter inalteradas as bases em que se fundamenta o sistema de ensino público brasileiro. Trata-se de uma postura de manutenção de uma política que ignora a diversidade linguística e insiste em ditar regras como se fossem leis divinas e, portanto, inquestionáveis.

Assim, compreendemos que o compêndio de gramática não deve ser analisado desconsiderando-se a realidade na qual está inserido. O descompasso teórico que se configura está intimamente ligado à crise social e, como muito bem nos ensina Soares (1996), a linguagem é um fenômeno social, de modo que existem relações de força, materiais e simbólicas, em constante conflito. O compêndio de gramática deve ser o instrumento de trabalho do professor(a) por excelência, não

o único certamente, mas aquele que ofereça subsídios teóricos (e muitas vezes práticos, na forma de exercícios) ao professor(a).

Não consideramos, porém, que o professor(a) seja um mero repetidor de manuais, simplesmente repassando as informações ali contidas sem nenhuma reflexão. Mas, considerando o cenário de desvalorização, de despreparo, de deficiência na formação dos professores, de ausência de uma formação continuada realmente eficiente, de falta de tempo para leitura e atualização, muitas vezes é o que ocorre. O pior é que, geralmente, a referência em sala de aula restringe-se ao uso de manuais ou livros didáticos, que

reproduzem fielmente os compêndios mais conservadores, e repetem os mesmos erros.

Felizmente, o surgimento de trabalhos inovadores nos últimos anos - como os de Maria Helena de Moura Neves, José Carlos Azeredo, Mário Perini, Ataliba Castilho, Marcos Bagno, entre outros -, traz perspectivas de novos rumos, de novas possibilidades de abordagem, de novas concepções teóricas que permitam àqueles que, como nós, acreditam que o ensino de gramática, quando adequadamente empregado, pode ser um meio efetivo para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e da competência comunicativa dos alunos.

## NOTAS

<sup>1</sup> *Vide* CASTILHO (2010, p. 42-59 e p. 672-674).

<sup>2</sup> Bagno (2011, p. 680) observa que os advérbios também aceitam gradação.

<sup>3</sup> *Vide* CASTILHO e ELIAS (2012, p. 157-160).

## AUTORES

Thomas Rocha - Acadêmico do 8º semestre do Curso de Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Erechim. E-mail: thorocho@gmail.com

Paulo Marçal Mescka - Professor Titular do Departamento de Linguística, Letras e Artes da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Erechim

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da Gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. (Estratégias de ensino; 5). São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2011.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba T. de. ELIAS, Vanda Maria. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa: com numerosos exercícios**. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo: edição de bolso**. Org. Cilene da Cunha Pereira. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- FARACO & MOURA. **Gramática**. 18. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FERRAREZI JUNIOR, Celso. TELES, Iara Maria. **Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua**. São Paulo: Globo, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa – CD-ROM**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.
- MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico**. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- NEVES, M. H. de Moura. **Gramática na Escola**. 8. ed. (Repensando a Língua Portuguesa). São Paulo: Contexto, 2010.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática: Teoria e Prática**. 18. ed. reform. e atual. São Paulo: Atual, 1994.
- SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 14. ed. (Série Fundamentos). São Paulo: Ática, 1996.

